

## **Gestão de resíduos sólidos no Recife: relações entre antropoceno, políticas públicas e práticas inovadoras<sup>1</sup>.**

Caroline Soares de Almeida (UFPE)

**Palavras-chave:** Recife; Resíduos sólidos; Infraestrutura.

Em março de 2022 a cidade do Recife foi palco da I Conferência Internacional de Resíduos Sólidos que reuniu representantes governamentais, empresas privadas, representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), comunidade científica e sociedade civil. O evento, alinhado aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável proposto (ODS) pela Agenda 2030 da ONU, contou com diversas mesas redondas, conferências, reuniões, oficinas e atrações culturais que estimularam importantes debates sobre gestão de resíduos e aquecimento global em diferentes dimensões. No encerramento, foi assinada a Carta de Pernambuco<sup>1</sup> no intuito de “Promover a consciência da sustentabilidade ambiental, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais, envidar os esforços para implementar a Agenda 2030 e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, por todos os correalizadores da I CIRSOL. Tanto o Governo de Pernambuco quanto a Prefeitura Municipal do Recife (PMR) se comprometeram com o documento – a administração municipal foi além e lançou, ainda na abertura através da fala da Vice-Prefeita Isabela Roldão, a intenção de tornar a capital pernambucana um exemplo nacional em gestão de resíduos.

Este trabalho pretende observar as relações estabelecidas em diferentes escalas sobre a gestão municipal de resíduos e os compromissos assumidos pela PMR ao assinar a Carta de Pernambuco no I CIRSOL. Trata-se de um primeiro ensaio dessa pesquisa<sup>2</sup> – e também de uma primeira experiência de escrita – abordando a Antropologia das Infraestruturas (Susan STAR, 2020) como ferramenta de análise. O diálogo abrange a área, ainda em formação, de Antropologias do Lixo (Freek COLOMBIJN; Carmen RIAL, 2016; Carmen RIAL, Cornélia ECKERT,; Freek COLOMBIJ, 2020), que compreende os resíduos sólidos como uma problemática reveladora de estruturas sociais que são produtoras de desigualdades. Nesse sentido,

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Pernambuco (FACEPE/PDCR) e pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), na modalidade de bolsa DCR.

<sup>2</sup> Este ensaio corresponde a aspectos iniciais de minha atual pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Pernambuco, intitulada “Experiências populares em gestão de resíduos e a Agenda ONU 2030: perspectivas e parceiras entre Tecnologias Sociais”.

podemos pensar a gestão de resíduos – visando o acordo firmado na carta – como uma rede de infraestruturas, em que as relações geradas com o que provocativamente chamamos de “lixo” e os outros diversos agentes acionados se constituem de maneira diversa.

Associar resíduos sólidos à infraestrutura não se constitui uma novidade. No Brasil, a antropóloga Maria Raquel Passos Lima tem se debruçado sobre o assunto. Desde 2021, coordena o projeto de pesquisa *Infraestruturas urbanas e a gestão dos resíduos: políticas ambientais, invisibilidades e formas de vida que fazem a cidade desde as suas margens*, em que procura compreender as relações decorrentes da abertura e do fechamento do aterro sanitário de Gramacho, em Duque de Caxias. Também publicou o artigo *(Toxi)Cidade do Aço: Infraestrutura siderúrgica e contestação social em um caso de contaminação por resíduos industriais* (PASSOS LIMA, 2020), no qual analisa as múltiplas relações geradas pela contaminação de resíduos tóxicos em um condomínio de Volta Redonda (RJ), tendo em vista a forma com que tal toxicidade agencia diferentes atores. A cidade abriga desde a década de 1940 um polo da Companhia Siderúrgica Nacional – considerável como o grande responsável pelo desenvolvimento local. Apesar dessa toxicidade ter sempre existido, é a partir do vazamento dos resíduos para áreas residenciais, da constatação material de sua existência, que se constitui o problema para moradores – e que surgem outras. Com os resíduos domésticos acontece algo semelhante, conforme nos expõe Yuri Neves (2020), as pesquisas pelo viés da Antropologia das Infraestruturas contemplam “a articulação entre a materialidade e dimensão ordinária na experiência das pessoas” (NEVES, 2020, p. 123). Assim, a gestão do lixo em uma determinada área gera “relações constantes com redes de infraestruturas a tal ponto naturalizadas que suas funcionalidades são sempre tomadas por certas” (NEVES, 2020, p. 123).

Brian Larkin (2013) destaca que as infraestruturas devem ser analisadas para além do caráter técnico, já que apresentam aspectos semióticos e estéticos de extrema relevância para a compreensão do objeto de pesquisa. Este trabalho procura incluir essa perspectiva ao transpor para o exame da gestão de resíduos recifense. Para tanto, trago algumas observações realizadas durante a I CIRSOL – sobretudo, no que se refere à participação da PMR no evento – em contraste algumas imagens da cidade, cujos registros procuraram estar em consonância ao que Cornélia Eckert e Ana Luiza Rocha (2013) definiram como etnografia de rua:

A etnografia de rua é uma adesão à antropologia em seu método clássico, mas, mais do que esta filiação, é um diálogo com novos tempos interpretativos da antropologia em seus paradigmas críticos. Assim a alteridade aqui não está situada no espaço estranho e tampouco é o Outro distanciado. O desafio consiste em deixarmos fluir reflexivamente, e por que não em corpo e espírito, na cidade. Nossa provocação ao leitor é de se deixar guiar por deslocamentos conceituais conduzidos pelas imagens que configuram a cidade que olhamos, que escutamos e que interagimos. No mundo moderno-ocidental a “flannerie benjaminiana”, e o estranhamento “simmeliano”, de narrar a cidade, a caminhada “a passos perdidos” de Michel de Certeau, são formas de narrar a cidade, de estar e ser cidadão em seus percursos cotidianos, em seus itinerários rotineiros, em seus desvios para amenizar o sentimento de vulnerabilidade, enfim, deslocamentos que sintetizam múltiplas formas de interação com a cidade em sua condição pública. A rua, nos exercícios etnográficos, se coloca para nós como um arranjo espaço-temporal onde a vida social se desenrola nas suas mais diversas formas (ECKERT; ROCHA, 2013, p. 13).

Essas imagens suscitaram questionamentos relativos a produções de significados divergentes, bem como temporalidades outra, das defendidas e apresentadas pelos gestores públicos do Recife sobre modelos de gestão de resíduos, sustentabilidade e padrões de consumo. Tudo isso revela a grande desigualdade social na qual o município se insere. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), colhidos em 2021, apontam a região da Grande Recife possui o maior percentual de pessoas em situação de extrema entre todas as regiões metropolitanas do país (André SALATA; Marcelo GOMES, 2022). O estudo ainda expõe que 39% da população local vivem abaixo da linha da pobreza – quando a renda *per capita* no domicílio é inferior a R\$ 465,00 (1/4 do Salário Mínimo).

O modelo econômico atual não contempla o desenvolvimento sustentável e a diminuição das desigualdades sociais. Diante dessa realidade, diversos antropólogas/os/es têm se dedicado ao estudo etnográfico tendo em vista a perspectiva de antropoceno: termo que designa a era geológica altamente influenciada pela produção industrial, superando os processos naturais (Eugene STOERMER; Paul CRUTZEN, 2000). Para Liana Chua e Hannah Fair (2019), a ideia de antropoceno foi amplamente adotada pela academia como uma descrição abrangente do impacto esmagador da atividade humana no planeta: as mudanças climáticas e suas consequências, os efeitos da poluição plástica nos ecossistemas marinhos e terrestres; a perda/extinção da biodiversidade; e mudança na composição dos solos, oceanos e ar. As autoras identificam quatro abordagens antropológicas fundamentais sobre a perspectiva do antropoceno: considerar os efeitos antropocênicos na observação sobre o trabalho de campo; a partir de uma perspectiva crítica sobre a própria ideia do antropoceno: os discursos, reivindicações da verdade, política e injunções éticas; tomar o antropoceno

como uma oportunidade para especulação, criatividade e regeneração esperançosa; e tratar o antropoceno como um meio político e socioeconômico gerador de desigualdades e injustiças globais.

Por mais que a relação entre o objeto e o antropoceno não seja desenvolvida neste texto, a temática encontra-se inserida nas reflexões expostas.

### **Infraestrutura, resíduos sólidos, espaço urbano e desigualdade social**

Eu digo aqui que, com todos os desafios, a gente conseguiu implantar uma ação pioneira. Eu não sei se vocês sabem, mas o Prefeito João Campos, já no início do ano de 2021 decretou a proibição absoluta da compra de plásticos descartáveis dentro do edifício-sede da Prefeitura. [...] Mas a gente ainda frequenta instituições que naturalmente ainda se serve em copos descartáveis. Isso é de um acinte tremendo. E a gente precisa compreender que um copo daquele tanto tira quanto deixa. E para onde vai tudo isso? A gente tem também um grande exemplo dentro da nossa casa, do nosso edifício-sede: todo o resíduo orgânico gerado dentro da prefeitura do Recife é compostado. Inclusive, eu faço até esse convite para vocês. É uma ação muito simples. Eu composto na minha casa e convido a qualquer um que vá lá sentir. Chega junto dos meus baldinhos. Não tem odor. E a gente pode sim trazer grandes impactos se a gente começa, cada uma e cada um, construir isso dentro da sua casa, trazer para dentro do seu condomínio. Fazer do Recife uma coisa que a gente sonha. Recife ser reconhecida si como a capital da sustentabilidade e a gente tem caminhado para isso.

O fragmento de texto acima é parte da fala de Isabela Roldão, Vice-Prefeita da cidade do Recife, na abertura da I Conferência Internacional de Resíduos Sólidos. Em seu discurso completo, a gestora pública desestimulou o consumo em demasia e a ingestão de carnes, ponderando sobre o impacto ambiental causado pela pecuária. Defendeu as cooperações e parcerias entre os diferentes setores da sociedade para um desenvolvimento sustentável. Também lançou a intenção de transformar a capital pernambucana em exemplo de sustentabilidade, tendo em vista as 17 ODS previstas na Agenda 2030 – ONU. Embora não tenha participado presencialmente do evento, o Prefeito João Campos foi em caminho semelhante em vídeo institucional apresentado no canal da I CIRSOL, no *YouTube*:

[...] vai ser um momento muito importante para a gente poder apresentar as boas práticas do Recife e trazer entidades de todo o país, da academia, da iniciativa privada para também conhecer iniciativas que possam interessar a nossa cidade, para os próximos anos. E a gente convida vocês a participarem e acompanharem toda essa discussão. [...] Lembrando que o Recife já tem uma estrutura muito forte nessa área. Nós temos uma central de monitoramento que é referência para todo o Brasil, que a gente consegue de maneira georreferenciada, acompanhar, monitorar e coordenar todas as ações da limpeza urbana da nossa cidade. Além do REICLAMAIS, do Ecorecife. Diversas ações que tem o objetivo de sempre estar modernizando a nossa cidade quando o tema é resíduos sólidos.

A cidade de Recife conta com uma população de mais de 1,6 milhão de habitantes distribuídos em uma área territorial de aproximadamente 218 km<sup>2</sup>. A cidade possui a quarta maior densidade populacional entre as capitais brasileiras, girando em torno de 7.037 hab/ km<sup>2</sup>. Dados da Secretaria das Cidades do Governo do Estado de Pernambuco (2011) apontam que 84% dos resíduos domiciliares da Região Metropolitana de Recife (RMR) têm como destino os aterros controlados e sanitários. Outra questão levantada revela que a quantidade de lixo orgânico per capita na região é de 1,6 quilos. Assim, somente na cidade de Recife, mais de 2560<sup>3</sup> toneladas de resíduos são enviadas todos os dias para os aterros da região.

A prefeitura municipal é a responsável pelo planejamento e gestão dos resíduos sólidos orgânicos na cidade através da Autarquia de Manutenção e Limpeza do Recife (EMLURB). As coletas, na maioria dos bairros, são realizadas regularmente. A prefeitura, através da EMLURB, lançou em 2014, o projeto EcoRecife, que visa reunir:

[...] todas as políticas públicas e equipamentos de limpeza urbana que atuam na cidade, assim como as ações de educação ambiental desenvolvidas pela Prefeitura, buscando aperfeiçoar a coleta domiciliar, incentivar o descarte correto do lixo reciclado e lançar o projeto das Ecoestações, que vem como um equipamento auxiliar de recebimento dos resíduos<sup>4</sup>.

A criação do projeto é parte do Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos (PMRS) elaborado em conjunto com os quatorze municípios que compõem a RMR em 2013 – e em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) e o PMRS. Os planos têm como objetivo o que é conhecido como 3R – Reduzir, Reutilizar, e Reciclar. Em julho de 2020, o PMRS ganhou reforços com o lançamento do programa Recicla Mais pela Secretaria de Inovação Urbana do Recife em julho de 2020. Os serviços até agora, foram mantidos pela nova gestão na prefeitura

O projeto defendido pela PMR – e firmado na publicação da Carta de Pernambuco – compreende uma grande reformulação urbana. Todavia, o que já foi implementado até o momento parece não integrar centro e periferias, haja vista o discurso bastante voltado às camadas médias de Isabela Roldão e a não cobertura das iniciativas apontadas por João Campos na área total que correspondente a cidade. Ao percorrer Recife, assim como em qualquer cidade brasileira, percebemos que o acesso da população aos aparatos do Estado é diferente conforme disposição geográfica e

---

3 Calculado a partir dos dados fornecidos pela Secretaria das Cidades do Governo do Estado de Pernambuco

4 EcoRecife. O que é? Disponível em: <http://ecorecife.recife.pe.gov.br/o-que-e>

camada social. Esse distanciamento, gerador diversos conflitos, produz fronteiras delimitadas não somente pela própria cobertura estatal (Gabriel FELTRAN, 2010), mas, neste caso, no direcionamento do discurso dos gestores.

Essas áreas de tensão foram evidenciadas durante as cheias que acometeram a cidade entre maio e junho de 2022. Alguns meses, durante as primeiras precipitações que deram início a temporada de chuvas, o perfil da PMR fez uma postagem em que responsabilizava a população pelos alagamentos:



Figura 1 - Print do Instagram da PMR em março de 2022.

No *post*, a prefeitura em nenhum momento orienta as pessoas a como realizar o descarte de recicláveis. Os pontos de entrega voluntária de resíduos, chamados de Ecopontos, estão disponibilizados nas áreas turísticas e em bairros onde há a predominância de moradores pertencentes às camadas médias-altas, tal como a Jaqueira.



Figura 2- Eco ponto no Parque da Jaqueira

As coletas porta-a-porta também estão disponibilizadas nas áreas centrais, sendo o material recolhido enviado para cooperativas de reciclagem como a *Cooperativa Ecovida Mulheres da Palha de Arroz*, iniciativa que desenvolve uma tecnologia social de *upcycling* em que máquinas foram disponibilizadas às cooperadas para a confecção de peças a partir da reciclagem criativa de materiais plásticos, tais como cestos, fruteiras, copos, saboneteiras, cachepôs, etc.

Nas outras áreas, o serviço de coleta é inexistente, sendo exercido por catadores/as. As imagens abaixo mostram áreas do bairro de Afogados, na região oeste da cidade, local em que não há coleta seletiva. Segundo relatório da PMR, a região, de 36 mil habitantes, possui três Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).



Figura 2 - Imagens do bairro de Afogados

A presença de carroceiros catadores somada à organização entre moradores/as contribuem para a gestão dos resíduos no local. Porém, em muitos pontos da cidade essa parceria não ocorre, como mostrado na imagem abaixo:



Figura 3 - Avenida Beberibe – Encruzilhada

É comum encontrarmos deposição de resíduos não selecionados – entre orgânicos, podas, recicláveis, entulhos, etc. – em pontos específicos. Esse problema tem se agravado em função do empobrecimento da população na cidade, conforme apontam os dados já mencionados anteriormente. O cenário de vulnerabilidade social que tem acometido diversas pessoas faz com que haja procura por itens que possam se aproveitados para a alimentação ou de reativáveis para a venda, gerando conflito com catadoras/es e moradoras/es.

Também a cidade do Recife é considerada área altamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas com base nos relatórios produzidos pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change*, já que é entrecortada por rios constituintes das bacias dos rios Beberibe e Capibaribe. O planejamento de limpeza urbana prevê a retirada de resíduos desses cursos através de redes coletoras e utilização de máquinas, sobretudo, em períodos de chuvas. Contudo, o que se percebe ao caminhar pela cidade é que esse serviço não cobre toda a demanda.



Figura 1 - Avenida Agamenon Magalhães - Espinheiro

### **Considerações finais:**

Recife encontra-se na 378ª posição no ranking do desenvolvimento sustentável, produzido pelo Instituto Cidades Sustentáveis entre 770 municípios brasileiros. A gestão de resíduos mostra-se uma ferramenta fundamental para alcançar melhores resultados tendo em vista esse propósito – além disso, a destinação correta dos dejetos contempla boa parte dos 17 ODS. Ao lançar a capital pernambucana como exemplo de sustentabilidade na gestão de resíduos sólidos em um discurso que invisibilizou grande parte da população, a PMR deixou evidente as desigualdades locais. São diferentes relações com a mesma cidade: de um lado há o acolhimento das pessoas que podem compostar, escolher o que pode comer e separar os resíduos alimentares dos recicláveis; e, de outro, a exclusão daqueles que não têm acesso à coleta seletiva e que é culpabilizada pelos transtornos decorrentes das enchentes. Nesse segundo caso, gera relações de conflitos e alianças entre moradores/as a fim de lidar com a problemática do lixo.

Alex Vailati e Anthony D’Andrea (2020) apontam que em grande parte dos estudos na contemporaneidade, as infraestruturas são vistas como principal elemento de organização da sociedade, o que “particularmente se reflete no caso brasileiro, onde

infraestruturas destacam-se como marcas opulentas da ação governamental” (VAILATI; D’ANDREA, 2020, p. 6-7). Nas imagens apresentadas, o que se percebe na gestão do lixo no Recife – nas palavras do Prefeito João Campos “uma estrutura muito forte nessa área” – é a uma ação ineficiente, fazendo com que a deposição incorreta do lixo tenha se tornado um grande problema. A assinatura da Carta de Pernambuco aparece como um compromisso para fortalecer as relações entre infraestruturas, governantes e população.

### Referências:

CHUA, L.; FAIR, H. Anthropocene. In: F. Stein, S. Lazar, M. Candea, H. Diemberger, J. Robbins, A. Sanchez & R. Stasch (Eds). **The Cambridge Encyclopedia of Anthropology**. Cambridge: Cambridge University, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.29164/19anthro>

COLOMBIJN, Freek; RIAL, Carmen. Abordagens antropológicas dos resíduos sólidos em sociedades pós-industriais. RIAL, Carmen. O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 53 (2), 2010.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia de e na rua: estudo de Antropologia Urbana. In: ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *Etnografia de rua: estudos de Antropologia Urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 21-46.

LARKIN, Brian. The Politics and Poetics of Infrastructure. *The Annual Review of Anthropology*, v. 42, pp. 327-343, 2013.

ORTNER, Sherry B. Sobre o neoliberalismo. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v4, n11, p. 19-26, julho de 2020.

RIAL, Carmen; ECKERT, Cornélia; COLOMBIJN, Freek. Antropologia e resíduos sólidos – Apresentação do Dossiê Antropologias do lixo/resíduos sólidos: economia circular e experiências inovadoras. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 21, n. 55, p. 05-13, dezembro, 2020. pp. 5-13.

SALATA, André Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Boletim Desigualdade nas Metrôpoles. Porto Alegre/RS, n. 07, 2022.

STAR, Susan L. A Etnografia da Infraestrutura. *Revista Antropológicas*, v. 31, n. 2, 2020.

VAILATI, Alex; D’ANDREA, Anthony. Antropologia da Infraestrutura no Brasil: desafios teóricos e metodológicos em contextos emergentes. *Revista Antropológicas*, v. 31, n. 2, 2020.

---

<sup>1</sup> Carta de Pernambuco

Considerando que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Governo do Estado de Pernambuco, o consórcio Nordeste, a Prefeitura Municipal do Recife, o Instituto de Cooperação Internacional para o Meio Ambiente (INCIMA), a Frente Nacional de Prefeitos, o ICLEI, Governos Locais pela Sustentabilidade, o Pacto Local Rede-Brasil, a UFPE, a UFRPE, a Universidade de Pernambuco, a Universidade Católica de Pernambuco, o Instituto Federal de Pernambuco, a FACEPE, a Agência Francesa de Desenvolvimento, a ISLA (?), o Consórcio Pernambuco Universitas, o GCF, a Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE), a Associação Comercial de Pernambuco e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, que se uniram ou uniram esforços com a finalidade de realizar a I CIRSOL no Recife.

Considerando que em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-Membros da ONU reconheceram que a erradicação da pobreza é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, a partir do que foi formulada a Agenda 2030, um plano de ações composto por 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável e 169 metas para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global para melhorar a vida das pessoas.

Considerando que os ODS são uma poderosa ferramenta de planejamento e gestão com resultados também para entes subnacionais, podendo viabilizar o alinhamento e orientar a implementação de políticas públicas, sociais, ambientais e econômicas, capazes de acelerar o desenvolvimento local.

Considerando que já se passaram seis anos desde que foi firmado o compromisso da Agenda 2030 e que são necessários novos esforços para que o Brasil atinja números expressivos no âmbito do desenvolvimento humano sustentável.

Considerando que a temática dos resíduos sólidos está correlacionada com todos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, pactuados no âmbito da ONU.

Considerando que a adoção de padrões de consumo sustentáveis não é necessária para reduzir significativamente os impactos negativos ao ambiente e à saúde.

Considerando que em todo o mundo somos quase oito bilhões de pessoas e que geramos resíduos diariamente e ainda que, de acordo com o PNUD/ONU, apenas metade desses resíduos é recolhida, tratada ou descartada com segurança, repercutindo tanto na degradação ambiental quanto na piora da saúde e da qualidade de vida das populações, especialmente, as mais vulneráveis.

Considerando que a gestão inadequada dos resíduos evidencia a necessidade de soluções e práticas ambientalmente sustentáveis.

Considerando o cenário de emergência climática e o potencial de contribuição do setor de resíduos para a redução da emissão de gases de efeito estufa a fim de garantir um futuro sustentável para as pessoas e para o planeta.

E considerando por fim a compreensão comum dos princípios da sustentabilidade e da sua importância para o exercício pleno dos direitos e liberdades humanas, os correalizadores da I CIRSOL reafirmam os seguintes compromissos:

Promover a consciência da sustentabilidade ambiental, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais; envolver os esforços para implantar a Agenda 2030 e alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, criar mecanismos de cooperação e facilitar a colaboração em áreas de interesse comum e de forma não exclusiva, visando a implementação de boas práticas na área de resíduos sólidos de acordo com os seus respectivos mandatos, regulamentos, regras, políticas e procedimentos para apoiar a facilitação e a articulação, fluxo de informação e intercâmbio entre as instituições, organismos e atores subnacionais, nacionais e internacionais pertinentes na implantação de boas práticas de gestão de resíduos sólidos; contribuir com o desenvolvimento de modelos de governança que abarquem estratégias de gestão integradas de resíduos sólidos de forma multisetorial; trabalhar a valorização humana e a inclusão econômica e social dos trabalhadores do setor dos resíduos sólidos e atuar para o cumprimento da Agenda 2030, bem como para o alcance da contribuição nacionalmente determinada brasileira perante o Acordo de Paris e da política Nacional de Resíduos.

Por estarem assim ajustadas, os representantes das instituições concordam com os temas acima descritos. Subscrevem este documento todos os correalizadores já aqui mencionados e outros tantos que aqui estiveram.